



## Relações de trabalho no contexto do Programa Jovem do Futuro: dimensões da precariedade laboral

*Maria Vieira Silva\**

**Resumo:** As ações privatistas de “braços sociais” das empresas nas escolas públicas têm provocado incidências sobre múltiplas dimensões da dinâmica escolar. Neste artigo, enfocaremos, especificamente, implicações da privatização nas relações de trabalho dos profissionais da educação em escolas que implementaram o Programa Jovem do Futuro do Instituto Unibanco, na rede pública do estado do Pará. Os substratos para o estudo, com predominância qualitativa, foram coletados por meio de trabalhos acadêmicos do banco de Teses e Dissertações da CAPES (BTD); documentos e dados educacionais extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e Diário Oficial do estado do Pará (DOE PA). Tendo como referência a empiria e contributos de autores clássicos e contemporâneos, o artigo identifica dimensões propriamente ideológicas do conceito de responsabilidade social, de forma contígua aos processos de precariedade e intensificação do trabalho dos profissionais que atuam na implementação do Programa.

**Palavras-chaves:** Privatização da educação; Programa Jovem do Futuro; Intensificação do trabalho

---

\* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. E-mail: [mvieiraufu@gmail.com](mailto:mvieiraufu@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4510-0844>. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0726794592785841>.

## **Work relationships in the context of the Young Future Program: perspectives on the privatisation of education**

**Abstract:** The privatisation actions of “social arms” of companies in public schools have had an impact on many aspects of school dynamics. In this article, we specifically focus on the implications of privatisation in the work relationships of education professionals in schools that implemented Instituto Unibanco - Programa Jovem do Futuro, in the public network of the state of Pará. The material for the study, predominantly qualitative, was collected through academic works from the CAPES Theses and Dissertations bank (BTD); documents, in addition to educational data extracted from the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira – INEP. Based on empirical evidence and contributions from classic and contemporary authors, the article identifies ideological aspects of the concept of social responsibility, contiguous to the processes of work intensification and cautiousness of the professionals, who are involved in the implementation of the programme.

**Keywords:** Privatisation of education; Youth of the Future Programme; work intensification

## **Relaciones laborales en el contexto del Programa Joven do Futuro: dimensiones del trabajo precário**

**Resumen:** Las acciones de privatización de “brazos sociales” de empresas en las escuelas públicas han impactado en múltiples dimensiones de la dinámica escolar. En este artículo, nos centraremos específicamente en las implicaciones de la privatización en las relaciones de trabajo de los profesionales de la educación en las escuelas que implementaron el Programa Jovem do Futuro del Instituto Unibanco, en la red pública del estado de Pará. Los objetos para el estudio, con predominio cualitativo, fueron recolectados a través de trabajos académicos del banco de Tesis y Disertaciones (BTD) de la CAPES; documentos del Instituto Unibanco y datos educativos extraídos del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira – INEP. Teniendo como referencia la evidencia empírica y aportes de autores clásicos y contemporáneos, el artículo identifica dimensiones ideológicas del concepto de responsabilidad social, contigua a los

procesos de precariedad e intensificación del trabajo de los profesionales, que actúan en la implementación del Programa.

**Palavras Claves:** Privatización de la educación; Programa Jóvenes del Futuro; intensificación del trabajo

As políticas de privatização da educação têm assumido vultuosos contornos nas últimas décadas e se reverberam por meio de interseções entre a esfera pública e privada, ensejando sistemas híbridos e multifacetados para a oferta educacional. Temos como pressuposto que a intensificação de tais políticas é ocasionada sobretudo por meio de um movimento contíguo entre o arrefecimento do papel do Estado como provedor de bens sociais e o soerguimento da ideologia do capitalismo gerencial. A partir de uma pesquisa sobre a privatização da educação no estado do Pará e estudos de Tragtenberg (1971; 2005) sobre a empresa como instituição sociopolítica, analisaremos dimensões ideológicas do conceito de responsabilidade social empresarial e aspectos relativos à precariedade e intensificação do trabalho docente.

As ações privatistas de “braços sociais” das empresas nas escolas públicas têm provocado incidências sobre múltiplos aspectos da dinâmica escolar, tais como a reconfiguração do currículo, da gestão, da formação docente e das relações de trabalho. Neste texto, temos como objetivo precípuo enfocar implicações da privatização nas relações de trabalho dos profissionais da educação em escolas que implementaram o *Programa Jovem do Futuro* do Instituto Unibanco, no estado do Pará<sup>1</sup>. O recorte temporal da presente abordagem compreende o período de três anos no contexto paraense, quais sejam: 2011, quando nenhuma escola estava vinculada ao Programa *Jovem do Futuro*; 2017 período avançado da participação das escolas no Programa e 2018, último ano de vigência do Programa. As análises tiveram como referência as seguintes fontes: dados educacionais extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

---

<sup>1</sup>Este trabalho é derivado da pesquisa “Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp – Processo 2018/11340-0) e coordenada pela Profa. Dra. Theresa Adrião (Greppe/Unicamp).

Educacionais Anísio Teixeira – INEP; busca no Diário Oficial do estado do Pará dos anos 2017 e 2018, visando localizar publicações referentes a gratificações e bonificações para profissionais da educação que atuaram no supracitado *Programa*; análise das publicações do Programa no portal do Instituto Unibanco com o intento de mapear as proposições de atividades para os profissionais da educação. Além destas fontes, nos reportamos também às pesquisas sistematizadas em dissertações de mestrado e teses de doutorado, disponibilizadas no Portal da Capes, como também aspectos concernentes a precariedade e intensificação do trabalho.

O artigo se organiza em três seções: a primeira enfoca, ainda que sucintamente, a expansão dos multifacetados formatos de privatização; a segunda aborda a dinâmica de funcionamento do *Programa Jovem do Futuro* e, a terceira seção, apresenta elementos da empiria visando apreender os nexos entre a substantivação do referido Programa e a precariedade e intensificação do trabalho docente no estado do Pará.

### **A empresa como organização sociopolítica: dimensões ideológicas da empresa com responsabilidade social**

A história política do Brasil, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, foi marcada por um cenário de mutações voltadas para a recomposição e aprofundamento da hegemonia capitalista. Tal processo foi orquestrado por movimentos paralelos de ascensão e fortalecimento de políticas neoliberais substantivadas nas agendas governamentais; reforma do Estado; mudanças no mundo trabalho/reestruturação produtiva. Esta nova sociabilidade neoliberal produziu também as bases para a agudização de programas privatistas mediante instrumentos legais e ideológicos visando a legitimação da hegemonia mercantil e arrefecimento da esfera pública.

No contexto de expansão dos multifacetados formatos de privatização, presenciamos o ascenso da denominada “empresa com responsabilidade social”, no bojo da filantropia capitalista, no entanto, um olhar retrospectivo sobre esta temática nos possibilita compreender que este processo tem uma gestação anterior e, sua gênese, remonta a princípios e mecanismos capitalistas para produção de consensos, em diferentes

contextos. Pautando-se em clássicos da Administração de Empresas, tais como Berle, Kaysen, Rippert, Drucker, dentre outros, os estudos de Tragtenberg (1971; 2005) sobre as configurações da empresa como instituição sociopolítica, possibilitam-nos compreender dimensões ideológicas da grande empresa capitalista.

O autor explicita os arranjos sociais de teóricos e gestores presentes em formulações as quais asseveram que a corporação “é uma empresa com alma” (p. 13). Sob tal perspectiva, a corporação parece negar o invólucro do privado devendo “seguir o amor à organização”, tal como preconiza Drucker (apud Tragtenberg: 2005, p.13). A partir de teorizações críticas sobre as organizações, Tragtenberg propicia-nos uma arqueologia social das corporações desvelando ideologias presente na estruturação da “face social” das corporações e desvela técnicas de racionalização para garantir a crescente divisão do trabalho e ensejar mecanismos para os trabalhadores permanecerem aliados dos processos decisórios.

O aparato gestorial ancorado na tecnoburocracia busca mecanismos para a manutenção e ampliação de seu próprio poder, com paradigmas, tecnologias e escolas em constante mutação - tais como “Taylorismo”, “Fordismo”, “Toyotismo”, “Escola de Relações Humanas”, dentre outras. Estas tendências refletem adaptabilidades a novos cenários ou transformações, preservando os interesses dominantes, embora no plano discursivo veicula-se a ideia de democratização e participacionismo nas relações de trabalho: “[...] a democratização das relações humanas é mais uma tarefa de sedução, substituindo o Príncipe pela maior habilidade de persuasão, ou incorporando a força à palavra” (Tragtenberg: 2005, p. 29).

A mecânica do poder capitalista e sua incessante busca pela autovalorização pavimentou as bases para a empresa como instituição sociopolítica e as correlatas ações de responsabilidade social, ancoradas na ideologia da transmutação da propriedade privada em “função social”. De acordo com seus proponentes, a responsabilidade social empresarial é definida

como a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o

desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”. (Instituto Ethos, s/d)

Segundo Ashley (2005), responsabilidade social pode ser definida como um compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expressa por meio de atos e atitudes, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades. No entanto, no atual cenário de agudização da concorrência intercapitalista, mecanismos para a propagação em torno da ética nos negócios e a retomada da dimensão imagética da “empresa com alma” constitui-se fonte necessária para a própria sobrevivência das organizações empresariais.

A ideologia da responsabilidade social, incorporada pela organização, faz parte de um movimento de resposta aos ataques sofridos pelas grandes corporações, que são percebidas como sistemas fechados, de legitimidade questionável, com enorme poder político, econômico e social. Por intermédio desse movimento, a organização desenvolve uma intervenção mais qualificada em direção à dominação dos influenciadores externos nas relações de poder. Aliada à prática filantrópica, a organização, ao desenvolver programas comunitários, busca não apenas o fortalecimento da própria imagem, como também o desenvolvimento interno de competências (Bittencourt e Carrieri, 2005: p.21)

Em certa medida, a responsabilidade social, reconfigurou práticas filantrópicas mediante ações estratégicas e execução de projetos setorializados e engendrados pelas empresas, compatíveis com a lógica mercantil, por meio de trabalho voluntário, visando influenciar a opinião pública e a incrementar a concorrência dentro do próprio setor (SILVA, 2009). Muitas empresas disponibilizam valores financeiros incipientes para o desenvolvimento de projetos e incentivam os próprios trabalhadores assalariados a desenvolverem projetos sociais voluntários. Estas empresas

possuem selos e reconhecimento da sociedade por um trabalho essencialmente desenvolvido por seus trabalhadores assalariados, de caráter voluntário, podendo contribuir para a intensificação do mais-trabalho por meio do aumento de horas excedentes (SILVA, 2014). Tais ações são desenvolvidas pelas próprias empresas, as quais, vias de regra, implementam instituições sociais, com estatuto jurídico de fundações ou institutos empresariais e se auto definem como sem fins lucrativos.

Na realidade brasileira, a reforma gerencial de 1995 deixou marcas indeléveis nos processos da relação entre o setor público e privado, levando diversos institutos e fundações, que atuam como “braços sociais” de empresas, a assumirem responsabilidades básicas concernentes ao Estado. Neste contexto proliferou também um conjunto muito heterogêneo de entidades: Organizações Sociais, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Organizações Não Governamentais (ONGs), Empresas com Responsabilidade Social, dentre outras. A diversificação de tendências e modalidades nos permite constatar que a privatização não se materializa apenas por meio da venda dos ativos públicos, mas mediante processos de instalação da lógica mercantil no âmbito da esfera pública. Embora esse processo não possua um formato monolítico, há um parâmetro comum entre as referidas modalidades, qual seja: a eliminação ou arrefecimento substancial da intervenção estatal do setor público.

Segundo Di Pietro (2013), as formas de privatização compreendem, fundamentalmente a) a desregulação (diminuição da intervenção do Estado no domínio econômico); b) a desmonopolização de atividades econômicas; c) a venda de ações de empresas estatais ao setor privado (desnacionalização ou desestatização); d) a concessão de serviços públicos (com a devolução da qualidade de concessionário à empresa privada e não mais a empresas estatais, como vinha ocorrendo); e) os *contracting out* (como forma pela qual a Administração Pública celebra acordos de variados tipos para buscar a colaboração do setor privado, podendo-se mencionar, como exemplos, os convênios e os contratos de obras de prestação de serviços); é nesta última modalidade que encontra-se a terceirização (apud SILVA, 2021).

Adrião (2018) a partir de uma pesquisa sobre a caracterização das formas de privatização vigentes no Brasil realizou um mapeamento de produções e publicações relativas à privatização da educação. A pesquisadora utilizou quatro bases: ISI Web Knowledge, Web of Science (WoS); Scielo-br; Banco de Tese da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Capes e repositórios de teses de programas de pós-graduação em educação e identificou três dimensões de privatização na educação brasileira:

- **Quanto à oferta educacional:** esta dimensão operacionaliza-se por meio de três formas: financiamento público, aumento das matrículas em estabelecimentos particulares e introdução de políticas ou programas de escolha parental. O financiamento público à educação privada, viabiliza-se, por meio de três mecanismos: introdução de sistemas de bolsas de estudos; implantação de convênios ou contratos entre esferas governamentais e setor privado e presença de mecanismos de incentivos fiscais para a escola privada, como dedução de impostos ou renúncia fisca; mecanismos de incentivo à escolha parental, ocorre mediante três principais formas: a introdução de *charter schools*; a adoção de cheque-educação ou *voucher* e a educação domiciliar ou *homeschooling*; incentivo à oferta privada de vagas, ocorre por meio do atendimento escolar privado em escolas comerciais de baixo custo; a diminuição da oferta de vagas públicas e as diversas sistemáticas de aulas particulares/tutorias.

- **Quanto à privatização da gestão da educação:** esta modalidade ocorre por meio de dois âmbitos: privatização da gestão educacional, quando os processos decisórios sobre a política educativa de uma rede ou de um sistema público de ensino são delegados ou passam a subordinar-se a instituições privadas lucrativas ou a estas associadas e privatização da gestão escolar

relativa aos processos de delegação ou subordinação da gestão de escolas a estes mesmos atores.

**- Privatização do currículo:** processos pelos quais o setor privado determina para escolas, redes ou sistemas públicos os desenhos curriculares, seja por meio de assessorias, de oferta de tecnologias educacionais e demais insumos curriculares, seja ainda por meio dos Sistemas Privados de Ensino (SPE). Trata-se da privatização dos processos pedagógicos *strictu sensu*, envolvendo as relações entre professor/a, estudante e conhecimento.

A arquitetura social da privatização acima elencada, permite-nos apreender dimensões ideológicas que se reverberam em conteúdos culturais e políticos operados na rotina escolar por intermédio das práticas e dos discursos da empresa os quais veiculam representações, gestos, maneiras, imagens, condutas e comportamentos específicos controlados pelos dispositivos disciplinares. Na seção que se segue abordaremos, a dinâmica de funcionamento do *Programa Jovem do Futuro* e, posteriormente, mobilizaremos a empiria visando apreender os nexos entre a substantivação do Programa e a intensificação do trabalho docente no estado do Pará.

### **Programa Jovem do Futuro no estado do Pará: paradoxos da responsabilidade social**

O Instituto Unibanco foi criado em 1982 e, conforme seus proponentes, seu propósito é se constituir como uma das instituições responsáveis pelo investimento social privado do conglomerado Itaú Unibanco “atuando para a melhoria da qualidade da educação pública no Brasil” (<https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>). Um dos principais programas do Instituto Unibanco é o *Jovem de Futuro*, o qual foi lançado em 2007 “com o objetivo de contribuir para a garantia da aprendizagem dos alunos do Ensino Médio como consequência

de uma gestão educacional orientada para o avanço contínuo da educação pública” (<https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>).

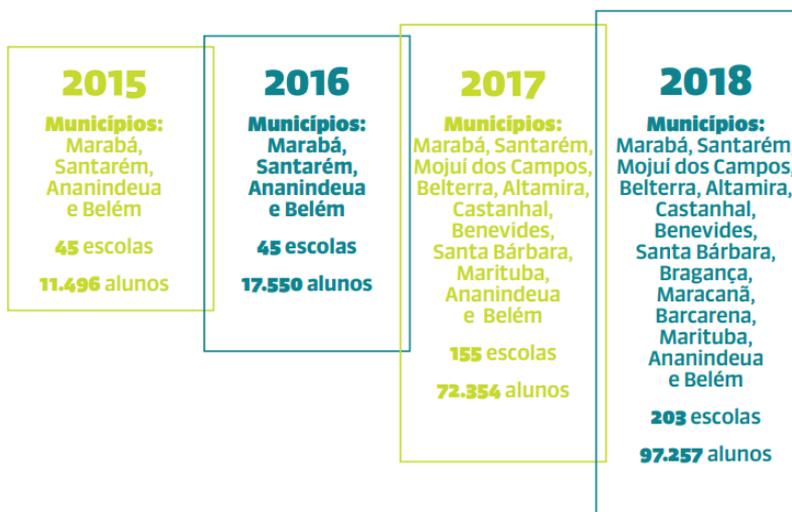
O programa, implementado em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, disponibiliza para as escolas e para as redes uma metodologia e instrumentos que dão suporte ao trabalho de gestão. As ações do Jovem de Futuro estão estruturadas em cinco eixos – governança, assessoria técnica, formação, mobilização e gestão do conhecimento – que se articulam por meio do método Circuito de Gestão (Idem).

O método chamado de Circuito de Gestão, foi criado incorporando as métricas nacionais, o calendário letivo, a estrutura administrativa prevista na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a cultura e a forma de funcionamento das escolas e secretarias, com atuação nas três instâncias: nas escolas, nas regionais e na secretaria (Idem). Segundo dados do Instituto Unibanco, até 2020, o Programa Jovem de Futuro atendeu 3 milhões de estudantes de 11 estados. Atualmente, está presente em 3.282 escolas, distribuídas em seis estados, quais sejam: Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Piauí e Rio Grande do Norte (<https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>).

O Programa foi implementado em 2012, no estado do Pará<sup>2</sup>. De acordo com o relatório de atividades do Instituto, em 2015, foi iniciada uma nova fase do projeto com prospecção de ações para os quatro anos seguintes em 87 escolas, neste estado ([https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2020/12/IU\\_Relat%C3%B3rioAtividades\\_PA\\_web.pdf](https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2020/12/IU_Relat%C3%B3rioAtividades_PA_web.pdf)).

---

<sup>2</sup> A configuração do espaço geográfico paraense apresenta condições socioculturais e ambientais heterogêneas. Com uma população de aproximadamente 7.581.051 habitantes, conforme o último Censo realizado em 2010, e uma área de 1.245.870,700 km<sup>2</sup>, o estado do Pará é a segunda maior unidade federativa do Brasil (Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>. Acesso em 28-07-2022). Conforme dados do INEP/MEC, a Secretaria de Estado de Educação do Pará apresentou em 2017, um atendimento a 611.508 alunos matriculados em sua rede de ensino, sendo 204.083 alunos do Ensino Fundamental, 325.089 alunos do Ens. Foram atendidos no Ensino Médio; 77.851 alunos na Educação e Jovens e Adultos; 4.234 alunos na Educação Profissional; 32 alunos na Educação Infantil e 219 alunos na Educação Especial.



Relatório de atividades 2018 | Instituto Unibanco

O infográfico acima é emblemático da ampliação da atuação do Instituto Unibanco na rede estadual de ensino do Pará. No entanto, a participação de entidades privatistas na esfera pública encontra-se consolidada nas agendas governamentais em distintos contextos, como por exemplo, por meio do “Pacto Pela Educação do Pará” regulamentado pelo Decreto governamental no 694, de 1o de abril de 2013, pelo então governador Simão Jatene (PSDB). Trata-se de uma articulação entre o governo do estado, sociedade civil, empresariado, organismos internacionais visando elevar o desempenho do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, em 30% até o ano de 2017 (PARÁ, 2013). Conforme preconiza o § 2º do artigo 4º:

A vice-presidência do Comitê Regional será exercida pelo representante da empresa responsável por acompanhar e apoiar a implantação do Pacto na região e apoiar a mobilização de empresas locais para participação no Pacto. § 3º O segundo representante

das empresas será escolhido por seu respectivo segmento.

De acordo com o relatório do Pacto pela Educação do Pará (2012-2017), esta iniciativa é consolidada mediante uma parceria multissetorial composta por Organização Não Governamental (ONG) Roda Viva, governos (municipal e federal), organismos internacionais (BID) e setor privado (Instituto Unibanco). O documento enfatiza a participação estrutural do setor privado neste processo:

o setor privado, quer através de empresas, quer de institutos e fundações empresariais, exerceu um papel importantíssimo. Eles foram os parceiros financeiros, que deram suporte para o trabalho do Synergos como Organização Estruturante; os parceiros programáticos, que implantaram ações de sua iniciativa no Pará; os parceiros de governança, que atuaram como membros dos comitês; ou os parceiros técnicos, que prestaram assessoria em diferentes campos (<https://syngs.info/files/pacto-pela-educacao-do-para-brasil-relato-e-avaliacao-2012-2017.pdf>)

Conforme o documento acima, o Instituto Synergos Brasil<sup>3</sup>, assumiu a liderança no processo de organização estruturante do Pacto pela Educação do Pará e compõe o Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto Pela Educação do Pará – GPEP. O Instituto se autodefine como Associação Sem Fins Lucrativos, sediado no Rio de Janeiro, sob a direção de Wanda Engel Aduan, ex-diretora do Instituto Unibanco. Constata-se, pois, que embora o GPEP seja também composto também por instâncias da esfera estatal é o setor privado que lidera e estrutura o desenho das políticas educacionais,

---

<sup>3</sup> O Instituto Synergos é uma instituição global, sem fins lucrativos, que promove a articulação entre atores diversificados para enfrentar os complexos problemas relativos à pobreza e criar oportunidades para a promoção de indivíduos, de famílias e de comunidades [...] No caso do Pará, a parceria se estabeleceu em função da melhoria dos resultados educacionais do estado que, em 2012, constituíam um verdadeiro entrave para o processo de desenvolvimento. Isto porque, naquele ano, a taxa de escolaridade média da população era de apenas 5,9 anos, enquanto a média nacional chegava 7,2 anos e somente 30% dos jovens concluíam o Ensino Médio, destinando a grande maioria ao subemprego, ao desemprego, ou às atividades marginais. Enquanto isto, o setor privado amargava a carência de mão de obra qualificada para atender às necessidades de um mercado em expansão (<https://syngs.info/files/pacto-pela-educacao-do-para-brasil-relato-e-avaliacao-2012-2017.pdf>)

assumindo protagonismo neste processo, conforme abordaremos na seção que se segue.

### **As incidências da expansão da privatização da educação sobre as relações de trabalho**

A institucionalização do *Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto Pela Educação do Pará* – GPEP, por meio de decreto governamental é emblemática da organicidade e da natureza estrutural das ações privatistas na esfera pública, mediante a implementação de 10 programas e 18 projetos. Tais ações são, vias de regra, ancoradas em recorrentes argumentos discursivos sobre a ineficiência do setor público e a eficácia do setor privado. O título do referido Grupo ilustra o refinamento das estratégias de criação de um certo consenso em torno de um arcabouço educacional com base mercantil, no entanto, em contraposição a esta lógica, dirigentes sindicais afirmam que tal processo tem contribuído com a precariedade da educação e para com a desregulamentação das relações de trabalho:

São 10 programas e 18 projetos que envolvem o Pacto pela Educação que, ao nosso ver, aceleram o processo de privatização da educação pública no Pará. Primeiro porque precarizam o ensino quando aceleram a formação do aluno de 3 para um ano e meio no ensino médio; segundo porque adota a metodologia das tele-aulas e vídeo conferências como central para este ensino. Uma turma, cujo aluno tinha 13 professores nas disciplinas de ensino médio agora tem que conviver com 1 professor mediador das 13 disciplinas dadas pelas tele-aulas. E cada um desses programas e projetos não irão funcionar sem uma política de reestruturação física da rede escolas; sem a valorização adequada dos professores e funcionários de escolas, que necessitam de salários melhores e condições de trabalho adequadas para o ensino e aprendizagem. Somos muitos críticos a esses projetos e até mesmo contrários àqueles que precarizam o ensino como o Mundial, por exemplo [...] (DIRIGENTE SINDICAL apud Queiroz, 2018, p.155).

A situação acima descrita pelo líder sindical paraense evidencia um processo coetâneo entre a expansão da privatização e a precariedade da oferta educacional, sobretudo no Ensino Médio, em razão da supressão de postos de trabalho de docentes. O Programa Jovem do Futuro, do Instituto Unibanco, foi instituído no bojo do GPEP e teve vigência na realidade paraense entre os anos 2012 a 2018. Tendo como referência a série histórica abaixo, compreendendo o ano 2011, quando nenhuma escola estava vinculada ao Programa *Jovem do Futuro*; 2017 período avançado da participação das escolas no Programa, e 2018, último ano de vigência do Programa, constatamos um acréscimo na taxa de matrículas.

**Tabela 1: Taxa de matrículas no estado do Pará em 2011, 2017 e 2018<sup>4</sup>**

Localidade	Matrículas		
	2011	2017	2018
Brasil	50.972.619	48.608.093	48.455.867
Brasil - Estadual	19.483.910	16.222.814	15.946.416
Pará - Total	2.423.751	2.339.648	2.328.439
Pará – Estadual Total	681.405	589.280	584.949
<b>Pará – Ensino Médio Total</b>	<b>352.602</b>	<b>359.127</b>	<b>359.331</b>
Pará – Ensino Médio Estadual	318.094	320.765	323.205
Pará – Ensino Médio Federal	3.682	5.099	6.229
Pará – Ensino Médio Municipal	296	204	124
Pará – Ensino Médio Privada	30.530	33.059	29.773
Pará - PJF	167.438	127.533	124.521

Fonte: Censo Escolar: elaboração GREPPE, 2022

<sup>4</sup> Dados sistematizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – GREPPE. Campinas, fevereiro de 2022

No entanto, se por um lado verificamos um aspecto positivo na elevação da taxa de matrícula de discentes do Ensino Médio no período em análise, os dados concernentes à situação funcional dos docentes evidenciam uma situação de crescimento da precariedade. Conforme a tabela abaixo, dados oriundos do Censo Escolar (MEC/INEP) indicam uma diminuição expressiva de docentes efetivos/estáveis, por meio de concurso público e, concomitantemente, aumento significativo de docentes com contratos temporários, contratos terceirizados e contratos via Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

**Tabela 2: Situação funcional dos docentes das escolas Programa Jovem do Futuro/Pará**

<b>Situação Funcional/Regime de contratação/Tipo de Vínculo (apenas para docente de escola pública)</b>				
	2011	2013	2017	2018
Concursado/efetivo/estável	4374	4482	3807	3614
Contrato temporário	349	488	467	744
Contrato terceirizado	2	0	0	3
Contrato CLT	0	0	0	1

Fonte: Censo Escolar: laboração GREPPE, 2022

Ao analisarmos o período que compreende o recorte temporal da pesquisa, observamos percentuais de variações positivas no período de 2011 a 2013, com aumento de 2%, no que tange ao quadro de docentes efetivos na modalidade “concursado”, no entanto, a tendência decrescente desta modalidade no período de efetivo exercício do Programa no Pará, é notória. Destarte, no período de 2013 a 2017, observamos uma queda de 15% de docentes efetivos na modalidade “concursado”, e, apenas no período que compreende o último ano de vigência do Programa, uma queda de 5%. Por outro lado, constatamos tendência crescente no que concerne a contratos temporários. Assim, no período de 2011 a 2013 houve um aumento de 40%; entre 2013 a 2017 queda de 4% e entre 2017 a 2018, aumento de 59%. No

que tange aos contratos terceirizados, ao considerarmos o intervalo de 2011 a 2017, houve uma redução de 100%, passando de 2 em 2011 para 0 (zero) em 2017. No entanto, esta modalidade voltou a crescer em 2018, com um aumento 50% em relação a 2011.

Ao considerarmos o cômputo total do período que compreende a vigência do *Programa Jovem do Futuro* no Pará, constatamos tendência crescente de contratos temporários e decrescente em relação aos contratos efetivos, aspecto que indica colapsos no processo de valorização do trabalho docente, conforme preconizado por dispositivos constitucionais e por legislações infraconstitucionais. No texto constitucional, a valorização dos profissionais da educação é definida como um dos princípios do ensino mediante o inciso V do Artigo 206 da Carta Magna, o qual determina: V-valorização dos profissionais do ensino, garantido, na formada lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos. As legislações infraconstitucionais decorrem da Constituição Federal. No que tange à valorização do magistério, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), ratifica dispositivos constitucionais ao preconizar por meio dos artigos 61 ao 67, diretrizes para a formação e a valorização dos profissionais da educação no território nacional. De acordo com o artigo 67 da LDBEN 9.394/96:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

## VI - condições adequadas de trabalho.

Conforme ressaltamos em trabalho anterior (AUTOR(A)), o debate sobre a valorização dos profissionais da educação é também retomado, pelo flanco dos dispositivos legais mediante a criação de fundos contábeis fomentados por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, implementado em 1996 pela [Lei nº 9.424/1996](#), vigorou durante dez anos e, em 2007 foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB (Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007). Sumariamente, a referida Lei preconiza: a) 60% dos recursos recebidos anualmente, no mínimo, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício no segmento da educação básica de competência do respectivo ente governamental; b) 40% restantes, no máximo, em outras ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (§ 1º do art. 21 da Lei nº 11.494/2007), no segmento da educação básica da competência do respectivo ente governamental, como, por exemplo: b.1) remuneração dos demais profissionais da educação (auxiliar de serviços gerais, auxiliar de administração, secretário da escola, merendeira dentre outros); b.2) capacitação do pessoal docente (formação inicial ou continuada) e demais profissionais da educação (formação continuada) [...].

Esta temática também é pródiga nos Planos Nacionais de Educação<sup>5</sup>. O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), aprovado em 2001, reconhece que a valorização do magistério é condição

---

<sup>5</sup> Constituição Federal de 1988, cinquenta anos após a primeira tentativa oficial, ressurgiu a ideia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação. O art. 214 contempla esta obrigatoriedade. a Lei nº 9.394, de 1996, que "estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional", determina nos artigos 9º e 87, respectivamente, que cabe à União, a elaboração do Plano, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e institui a Década da Educação. Estabelece ainda, que a União encaminhe o Plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da citada lei, com diretrizes e metas para os dez anos posteriores, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

fundamental para a qualidade da educação, mediante uma política global que considere a *formação profissional inicial; as condições de trabalho, salário e carreira e a formação continuada*. A “valorização dos (as) profissionais da educação”, também se manteve presente no novo Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. Com efeito, o inciso IX do Artigo 2º define como uma de suas diretrizes a “valorização dos (as) profissionais da educação”.

O panorama apresentado acima evidencia profícuas conquistas presentes no ordenamento jurídico brasileiro sobre a valorização profissional. Paradoxalmente, presenciamos um hiato entre os consensos normativos em torno da valorização dos profissionais da educação e a materialização deste princípio no contexto da prática.

Ao analisarmos as demandas do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP), no período de vigência do Programa Jovem do Futuro, verificamos que é recorrente reivindicações por políticas remuneratórias em prol da valorização salarial e protestos contra a precarização dos serviços públicos:

Desde o seu primeiro mandato, o Governo Jatene<sup>6</sup> vem reiteradamente atacando os direitos da categoria, inclusive, com a redução de salários. Em 2012, o Governo decretou o corte de gratificações e, em 2014, através dos Decretos 945 e 954, foram cortados Gratificações de Tempo Integral e horas extras, e ainda suspenderam a reestruturação de órgãos e a implementação de PCCRs. Além disso, os servidores são penalizados com a precarização dos serviços públicos, com desvios de funções, o assédio moral, as perdas salariais, perseguições políticas, a ausência de uma eficaz política de valorização e com a inexistência de um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, que de fato garanta a progressão funcional e uma justa remuneração da categoria (SINTEPP,

---

<sup>6</sup> Refere-se ao Governador Simão Jatene, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) Mandatos: 1º de Janeiro de 2011 a 1º de Janeiro de 2015 e de 1º de Janeiro de 2015 a 1º de Janeiro de 2019.

[https://sintepp.org.br/cartaz\\_assembleia\\_14\\_abril\\_2016\\_final/](https://sintepp.org.br/cartaz_assembleia_14_abril_2016_final/)).

Dentre os 10 (dez) itens da pauta de reivindicações da Campanha Salarial de 2016 do SINTEPP, consta: “Concurso Público e nomeação dos aprovados em concursos anteriores”. (Idem). Esta demanda permanece na Campanha Salarial de 2017, juntamente com outras reivindicações evidenciando o incessante processo em torno da valorização profissional:

Pagamento imediato do Piso Salarial do Magistério com pagamento do retroativo; 2. Reforma das escolas; 3. Combate à Violência nas Escolas; 4. Fortalecimento da Gestão Democrática ; 5. Plano de Cargos e Carreira Unificado; 6. Chamada do Concurso Público; 7. 1/3 de Hora Atividade; 8. Garantia da utilização dos Precatórios do FUNDEF para valorização dos trab. em educação; 9. Permanente debate sobre as pautas da educação; 10. Abrir as escolas para a comunidade com projetos sociais; 11. Compromisso de conciliação judicial das ações do Piso; 12. Garantir de aposentadoria em tempo hábil, etc (SINTEPP, Boletim Informativo, 2017).

Destarte, embora dispositivos legais concernentes ao piso salarial e carreira para o magistério, tenham tangenciado todas as legislações educacionais, nas últimas décadas, a principal iniciativa para materializar uma regulação relativa ao salário e carreira para o magistério se deu por meio da Lei nº 11.738, sancionada em 16 de julho de 2008, a qual instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, fundamentando-se na disposição constitucional do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna.

Além das questões correlatas às condições objetivas das relações de trabalho, tais como carreira, remuneração e concurso público, as demandas sindicais versam sobre outros aspectos que incidem na precariedade do trabalho docente, tais como: Fortalecimento da Gestão Democrática, Combate à Violência nas Escolas; Fortalecimento da Gestão Democrática e Reforma das escolas. Sobre este último item, constatamos poucos avanços no período de vigência do *Programa Jovem do Futuro* no estado do Pará.

Ainda no que concerne à infraestrutura das escolas paraenses, temos a seguinte configuração:

**Tabela 3: Condições de infraestrutura das escolas estaduais: condições gerais, dependências, equipamentos, acesso à internet e à alimentação escolar em 2011 e 2018**

Condições de infraestrutura das escolas estaduais: condições gerais, dependências, equipamentos, acesso à internet e à alimentação escolar em 2011 e 2018					
CATEGORIA	CONDIÇÕES	2011		2018	
		Brasil Estadual	Pará Estadual	Brasil Estadual	Pará Estadual
Condições gerais	Água filtrada	73.2%	62.2%	66.8%	62.6%
	Rede Pública de Energia Elétrica	85.0%	80.0%	79.4%	71.6%
	Rede Pública de Esgoto	47.6%	15.4%	47.5%	16.9%
	Coleta Periódica de Lixo	77.4%	72.4%	73.9%	67.6%
Dependências	Lab. De Informática	69.1%	41.2%	60.2%	31.9%
	Lab. De Ciências	25.1%	18.6%	22.1%	19.4%
	Sala de leitura	22.7%	13.5%	23.8%	23.1%
	Biblioteca	52.1%	43.3%	47.5%	33.9%
	Sala de Professores	72.8%	60.5%	68.0%	59.3%
	Quadra coberta	31.8%	29.3%	36.2%	21.2%
Equipamentos	TV	81.7%	70.8%	70.5%	54.6%
	Retroprojektor	64.3%	40.3%	37.4%	12.9%

	<b>Projetores multimídia (Datashow)</b>	---	---	67.1%	63.3%
	<b>Impressora</b>	78.7%	64.5%	60.6%	47.1%
	<b>Copiadora</b>	49.7%	14.8%	39.3%	15.5%
	<b>Computadores</b>	80.7%	69.3%	76.1%	64.8%
<b>Acesso internet</b>	<b>Internet</b>	73.4%	52.2%	72.8%	57.6%
	<b>Banda larga</b>	63.6%	38.0%	62.4%	48.3%
<b>Alimentação</b>	<b>Alimentação escolar para alunos</b>	87.7%	84.0%	80.2%	72.2%

Fonte: Microdados do Censo Escolar 2011 e 2018 (INEP), tratamento realizado por meio do software SPSS. Elaboração GREPPE, 2022

O quadro acima ilustra digressão de alguns insumos concernentes à infraestrutura física das escolas: rede pública de energia elétrica, coleta periódica de lixo, laboratório de Informática, bibliotecas, computadores para alunos; sala de professores; quadra coberta, impressora, retroprojeto; TV e alimentação escolar para alunos; alguns itens avançaram de forma bastante tênue, a saber: rede pública de esgoto, laboratório de ciências. Os avanços quantitativos se circunscrevem a sala de leitura, projetores multimídias e internet.

O panorama exposto desvela vários aspectos: a carência de infraestrutura (bibliotecas, quadras cobertas, laboratórios, etc) e saneamento básico (água potável, coleta e tratamento de esgoto, coleta periódica de lixo) tende a ser majorada em estados com baixo desenvolvimento humano<sup>7</sup>; as conhecidas desigualdades sociais aprofundam as assimetrias regionais, aspecto visível nas medianas do estado do Pará em relação ao desempenho nacional, no que concerne aos insumos que dão suporte ao funcionamento das escolas; as denominadas parcerias entre o setor público e privado não

<sup>7</sup>O Pará ocupa o 24º lugar no *Índice de Desenvolvimento Humano* (Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em 20/04/2022)

redundaram em melhorias de infraestrutura para condições de oferta educativa nas escolas da rede estadual do Pará.

Além destas evidências, as ações privatistas na máquina estatal também não resultaram em benefícios para a carreira, salários ou gratificações para os profissionais da educação. No que concerne às relações de trabalho decorrente do convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Educação do Pará e do *Programa Jovem do Futuro*, analisamos o Diário Oficial do Estado do Pará no biênio 2017-2018 (fase mais avançada do PJF). Referente ao ano 2017 foram encontrados quarenta itens relacionados ao mencionado Programa e 73 itens concernentes ao Salário Educação. Em 2018 foram localizados 64 (sessenta e quatro) itens referentes ao PJF e 128 itens referentes ao Salário Educação.

<b>Diário Oficial do Estado do Pará</b>	<b>Link de acesso</b>
Programa jovem do Futuro 2017	<a href="http://www.ioepa.com.br/pesquisa/?q=programa%20jovem%20do%20futuro&amp;di=20170101&amp;df=20171231&amp;p=1">http://www.ioepa.com.br/pesquisa/?q=programa%20jovem%20do%20futuro&amp;di=20170101&amp;df=20171231&amp;p=1</a>
Salário Educação 2017	<a href="http://www.ioepa.com.br/pesquisa/?q=salario%20educa%C3%A7%C3%A3o&amp;di=20170101&amp;df=20171231&amp;p=1">http://www.ioepa.com.br/pesquisa/?q=salario%20educa%C3%A7%C3%A3o&amp;di=20170101&amp;df=20171231&amp;p=1</a>
Salário Educação 2018	<a href="http://www.ioepa.com.br/pesquisa/?q=salario%20educa%C3%A7%C3%A3o&amp;di=20180101&amp;df=20181231">http://www.ioepa.com.br/pesquisa/?q=salario%20educa%C3%A7%C3%A3o&amp;di=20180101&amp;df=20181231</a>
Programa jovem do Futuro 2018	<a href="http://www.ioepa.com.br/pesquisa/?q=Programa%20jovem%20do%20Futuro%20%20&amp;di=20180101&amp;df=20181231">http://www.ioepa.com.br/pesquisa/?q=Programa%20jovem%20do%20Futuro%20%20&amp;di=20180101&amp;df=20181231</a>

Fonte: Diário Oficial do estado do Pará. Elaboração própria

O Salário-Educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação

básica pública, conforme previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal de 1988: § 5º *A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei.* No documento em tela, a maior parte das despesas descritas são relativos ao pagamento de terceiros para contratação de empresa para execução de serviços. No caso do *Programa Jovem do Futuro*, todos os itens que foram registrados no Diário Oficial do Estado concernem a pagamento de diárias para deslocamento visando a oferta de cursos, oficinas e reuniões técnicas de membros da Secretaria de Estado da Educação para missão de trabalho, em prol do referido Programa. Com efeito, não há indicativos que nos permitem aferir a existência de gratificações, bonificações ou similares para os docentes da rede estadual de educação paraense, e especificamente, para aqueles profissionais que desenvolveram atividades no âmbito do Programa.

Se por um lado, constatamos a ausência de benefícios para os profissionais da educação em suas atividades laborais, por outro, pesquisas indicam a existência de excedentes de trabalho decorrentes da implantação e desenvolvimento da proposta, como é o caso das atribuições do professor articulador. Conforme Lima (2012), esta função é regulamentada por meio da Portaria Estadual nº 617/2012.

Art. 3º O professor Articulador compromete-se, formalmente, a cumprir as atribuições concernentes a sua atuação de forma ética, responsável e comprometidas com os resultados propostos no ProEMI/JF. Art. 4º O Professor Articulador compromete-se, para o exercício da função atribuída pela escola, em conhecer o Documento Orientador em sua versão mais atualizada ano 2013, e o Manual de Implantação do Jovem de Futuro. Art. 5º O professor Articulador deverá construir um Plano de Trabalho, a partir do Plano de Redesenho Curricular – PRC, e postar no Sistema de Acompanhamento de Projeto Pedagógico (SAPP) alimentando o cronograma de ação bimestral. Art. 6º São atribuições do Professor Articulador do ProEMI/JF: I – Desenvolver e implantar estratégias para a sistematização das ideias, ações e

projetos propostos pelo professor, visando à elaboração e apresentação do Projeto de Redesenho Curricular da escola – PRC, em consonância com o Documento Base do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e do Projeto Político Pedagógico da Escola; II – Promover as articulações possíveis, internas e externas ao contexto da escola, estabelecidas nos projetos/ações contempladas no Projeto de Redesenho Curricular – PRC; III – Participar das reuniões pedagógicas da escola; IV – Acompanhar o planejamento dos professores; V – Acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos com o intuito de intervir e evitar reprovação; VI – Monitorar alunos infrequentes e evitar evasão escolar; VII – Coordenar e acompanhar a execução das ações, com foco no currículo da escola, relatando, mensalmente, no (s) sistema (s) oferecido (s) pela Coordenação do Ensino Médio (IOEPA, apud Lima: 2012, p.19).

Com efeito, conforme a pesquisa de pesquisa de Lima (2012), os depoimentos de profissionais da educação da rede pública de ensino, que atuaram do Programa Jovem do Futuro, confirmaram a sobrecarga de atividades. De fato, as atividades do Instituto incidem sobre diferentes instâncias do Ensino Médio: avaliação; currículo; metodologias de ensino e aprendizagem e gestão da escola e a governança, composta por Comitês Operacionais e Comitês Estaduais.

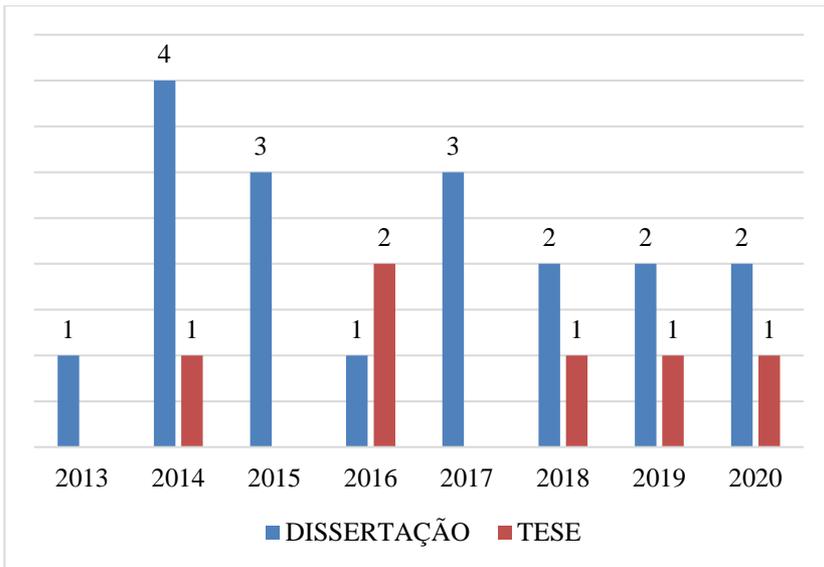
Análises das pesquisas sistematizadas em dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o Instituto Unibanco, disponibilizadas na base da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), indicam uma variedade de ênfases nos objetos investigados. Dos 46 trabalhos localizados, realizamos o estudo de 24 (vinte e quatro)<sup>8</sup>, sendo 18 dissertações e 6 teses. Considerando a necessidade de garantir o interstício

---

<sup>88</sup>O levantamento de dissertações e teses aqui disponibilizado foi feito por meio da colaboração de Ana Paula Brito, cujo trabalho de mestrado encontra-se vinculado a presente pesquisa, sob minha orientação. No decorrer deste levantamento, constatamos que alguns trabalhos não estavam disponíveis na plataforma da CAPES, visto que o acesso nos encaminhava para uma “página não encontrada”. Outros trabalhos não possuíam autorização para divulgação, e outros não apresentavam relação com o Instituto Unibanco (apenas o projeto de pesquisa original, o que identificamos após nossa análise).

entre a implementação do Programa e a produção do conhecimento sobre o mesmo, por meio de trabalhos acadêmicos, consideramos o período 2013 e 2020, o qual compreende dois anos depois do início do Programa no estado do Pará e os dois anos posteriores ao final de sua vigência, por compreendermos que este interstício é suficiente para constituir-se em base indutora de investigações.

**Gráfico 1** - Produções que abordam a atuação do Instituto Unibanco na educação por ano – 2013-2020

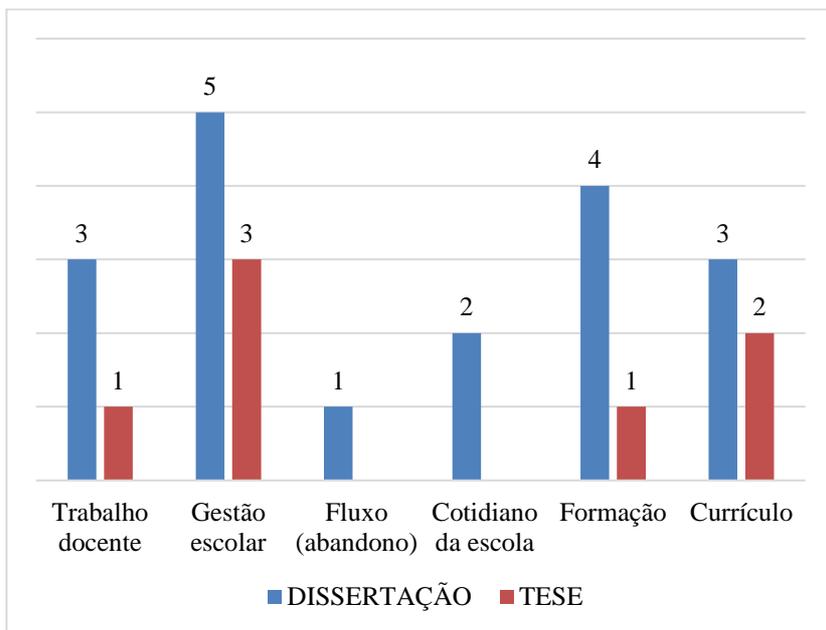


Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Vale ressaltar que 04 trabalhos Iwasaki (2013), Forestieri (2014), Costa (2015) e Camargo (2015), foram realizados por pesquisadores que fizeram parte do quadro de funcionários do Instituto Unibanco, sob a orientação de um mesmo professor. Isso porque o Instituto Unibanco celebrou uma parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd, da Universidade Federal de Juiz de Fora, para ofertar

aos funcionários da instituição mestrado profissional em gestão e avaliação da educação pública. Nessa situação também se encontra o trabalho de Mofacto (2014). Os referidos trabalhos têm caráter propositivo e visam sugerir revisões e aperfeiçoamento no Projeto Jovem de Futuro. Com exceção destas dissertações de mestrado, cujos autores eram intelectuais orgânicos do Programa Jovem do Futuro - com abordagens alinhadas aos seus princípios e práticas -, os demais trabalhos desenvolvem análises críticas e, grande parte, indica sobrecarga de trabalho para os docentes.

**Gráfico 2** – Principais aspectos abordados (diretamente) nas pesquisas destacadas



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

A partir da amostra de trabalhos elencada, as ilustrações gráficas acima indicam uma predominância de abordagem temática sobre a gestão escolar, no entanto, questões correlatas às incidências do Programa Jovem

do Futuro sobre as relações de trabalho, sobretudo no que concerne à intensificação de atividades laborais, tangenciam outros trabalhos, tais como aqueles que abordam de forma predominante a categoria “formação” e “cotidiano da escola”.

Isso porque as ações do Instituto são estruturais uma vez que têm alcances sobre múltiplos espaços. Conforme relatório de atividades do Programa Jovem do Futuro (2015), o referido Programa tem um modelo de governança composto de Comitês Operacionais e Comitês Estaduais:

O objetivo dessa estrutura é assegurar o alinhamento estratégico, tático e operacional da parceria entre as Secretarias Estaduais de Educação e o Instituto Unibanco. Os Comitês Operacionais são reuniões periódicas com representantes de diversas instâncias das Secretarias e a equipe do Instituto Unibanco para a discussão de temas relevantes a fim de que as escolas e as redes de ensino conquistem resultados cada vez melhores. Já os Comitês Estaduais contam com a presença do secretário de Educação e do superintendente do Instituto Unibanco em reuniões ao longo de cada ano para discutir como o Jovem de Futuro pode potencializar a melhoria na gestão e no aprendizado dos estudantes e as medidas complementares que precisam ser tomadas pela Secretaria (<https://docplayer.com.br/54769097-Relatorio-de-atividades.html>)

O Programa se incumbe ainda de

assessoria técnica às Secretarias de Educação e às escolas; atuação de agentes do Instituto no interior da Secretaria de Educação para garantir a execução do projeto; monitoramento constante dos indicadores de aderência do Jovem de Futuro nos estados, em articulação direta com os gestores dos órgãos locais; disponibilização de insumos, procedimentos, protocolos, estratégias e mecanismos para que os gestores e as equipes técnicas “desempenhem suas funções de forma adequada”; “elaboração de metas voltadas ao Ensino Médio em cada escola, para

melhorar os índices dos estados; elaboração de um cálculo de metas com o objetivo de gerar corresponsabilização das diversas instâncias da educação com as escolas no atingimento dos resultados; cursos de capacitação para professores, gestores escolares e supervisores das Secretarias, que assumem um papel multiplicador nas escolas e nas redes de ensino; oferecimento de módulos de formação de professores presenciais e a distância com oferta de materiais de apoio para os conteúdos trabalhados; disponibilização aos professores de metodologias pedagógicas elaboradas pelo Instituto Unibanco, o desenvolvimento de atividades com os estudantes; oferta de Curso Semipresencial de Gestão Escolar para Resultados de Aprendizagem; realização de oficinas de Protocolos de Gestão, destinadas aos supervisores, visando apoiar o uso dos protocolos de gestão escolar nas escolas; Oficinas de Protocolos para Visitas Técnicas, em que são trabalhadas as diretrizes e os materiais orientadores das visitas técnicas feitas às escolas para implantar o Circuito de Gestão; Seminários Estaduais de Gestão Escolar para Resultados de Aprendizagem (Idem).

O elenco de atividades descritas no decorrer desta seção possibilita-nos afirmar a presença de atividades que conferem excedentes de trabalho para os profissionais responsáveis pela implementação e desenvolvimento do Programa, configurando intensificação laboral. De acordo com Dal Rosso (2008) intensificação do trabalho significa “trabalhar mais densamente, ou simplesmente trabalhar mais, (...) supõe um esforço maior, um empenho mais firme, um engajamento superior, um gasto de energias pessoais para dar conta do *plus*, em termos de carga adicional ou de tarefa mais complexa” (DAL ROSSO, 2008, p. 22). Sob tal perspectiva, a intensificação se reverbera no aumento do número de tarefas a serem realizadas, na mesma unidade temporal, por uma mesma pessoa ou equipe, aspecto que implica em “um desgaste também maior, uma fadiga mais acentuada e correspondentes efeitos pessoais nos campos fisiológico, mental, emocional e relacional” (DAL ROSSO, 2008, p. 23).

Segundo Assunção e Oliveira (2009),

a intensificação do trabalho pode decorrer do crescimento da produção sem alterações do efetivo, ou da diminuição do efetivo sem haver mudança na produção. Mudanças organizacionais no bojo da evolução dos sistemas e de suas reformas também podem gerar mecanismos de intensificação do trabalho. Mas é no âmbito da atividade que o processo de intensificação se expressa, pois cabe ao trabalhador regular os efeitos da ampliação da complexidade ou do aumento do número de tarefas a serem realizadas na mesma unidade temporal por uma mesma pessoa ou equipe (p.354).

Além desses aspectos que indicam intensificação, a veiculação das dinâmicas empresariais no espaço escolar com a imposição de algumas medidas, da maneira como foram implantadas, ensejam o sentimento de falta de pertencimento por parte dos professores, como se fossem apenas executores ou objetos destas medidas, configurando um traço da desqualificação do trabalho docente. Conforme Apple e Teitelbaun (1991, p.67) em suas clássicas teses sobre a desqualificação do trabalho, no início da década 1990, os mecanismos de controle técnico e direcionamento impostos ao trabalho docente - em sua estrutura e fundamentos – por meio de demandas estatais e uso de pacotes de materiais curriculares, por exemplo, incidem sobre qualificação dos professores. Sob tal prisma, Gandin e Lima (2015), afirmam:

A desqualificação no âmbito da educação consiste em um processo no qual as professoras têm suas atribuições redefinidas, e os resultados e os procedimentos. A desqualificação do trabalho docente produz uma perda considerável na relativa autonomia que professoras construíram historicamente; há uma diminuição do trabalho intelectual ligado à construção do currículo e planejamento de atividades pedagógicas e uma redução substancial na capacidade de controlar

o ritmo e o tempo de sua atuação docente em sala de aula (p.667)

Além das dimensões de desqualificação do trabalho docente, tal processo provoca incidências de cariz estrutural uma vez que contribui para a diluição de fronteiras entre a esfera pública e privada; a delegação de responsabilidade estatal para os setores privados; a subsunção do Estado aos imperativos do mercado no processo de implementação e gestão de determinadas políticas públicas.

As referidas tendências se materializam também nos programas de intervenção pedagógica adotados pelo Instituto Unibanco nas escolas estaduais do Pará, os quais estão referenciados na lógica empresarial ou de mercado. Neste cenário, os docentes são subsumidos por planejamentos prontos tendo seu processo de participação e autonomia subjugado por uma mecânica de poder externo que se substantiva por meio de textos, planos e testes que chegam de forma verticalizada subsumindo o poder de escolha, controle e decisão dos docentes.

## **Considerações Finais**

Olhares longitudinais sobre as dimensões da empresa como organização sociopolítica e os processos objetivos da implementação do *Programa Jovem do Futuro* no estado do Pará nos permitem afirmar que as ações do Instituto Unibanco estão eivadas de ideologias e valores empresariais como a eficácia e a eficiência da “Nova Gestão Pública”.

Em termos objetivos, os dados indicam permanências das conhecidas desigualdades sociais, as quais se reverberam também na oferta educacional, sobretudo em estados da federação marcados por assimetrias regionais, como é o caso do estado do Pará. Conforme foi evidenciado, dados colhidos no Censo Escolar indicam digressão de alguns insumos concernentes à infraestrutura física das escolas: rede pública de energia elétrica, coleta periódica de lixo, laboratório de Informática, bibliotecas, computadores para alunos; sala de professores; quadra coberta, impressora,

retroprojetor; TV e alimentação escolar para alunos e outros itens avançaram de forma bastante tênue, a saber: rede pública de esgoto, laboratório de ciências, evidenciando expressões de precariedade no âmbito das condições da oferta educacional.

As ações privatistas na máquina estatal também não resultaram em benefícios para a carreira, salários ou gratificações para os profissionais da educação. Por outro lado, há evidências de intensificação do trabalho dos profissionais da educação que atuam na implementação do Programa, devido ao volume de atividades requeridas. A precariedade e a intensificação do trabalho docente, por sua vez, podem comprometer as possibilidades de participação nas instâncias decisórias da escola, tais como o trabalho coletivo para a elaboração do projeto político pedagógico e a participação nos diferentes conselhos existentes, transformando o docente em um “ministrador de aulas”. Além disso, o arrefecimento da contratação de docentes por meio de concurso público e a intensificação de contratos temporários inviabiliza o direito à sindicalização, tornando a autonomia desta fração de classe profissional mais suscetível face a instabilidade, além de enfraquecer o movimento sindical. Por suposto, a precariedade e a intensificação agudizam o sofrimento psíquico, em decorrência do cansaço, ansiedade, insegurança, medo, angústia e excedentes de trabalho. Os paradoxos e superficialidade das ações empresariais para a melhoria da oferta educacional e das condições de trabalho docente são emblemas do cariz ideológico da responsabilidade social e a prevalência de uma intervenção sistematizada, voltada para a proliferação de políticas e práticas educacionais, tendo como referenciais os paradigmas mercantis.

## Referências

- ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018
- APPLE, Michael; KENNETH, Teitelbaun. Está o professorado perdendo o controle de suas qualificações e do currículo? *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n.4, p.62-73, 1991.

ASSUNÇÃO, A.A.; OLIVEIRA, D.O. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educ. Soc.*, Campinas, vol 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009 Disponível em

<https://www.scielo.br/j/es/a/fdCjfWkF8XYXTfyXGcgCbGL/?format=pdf&lang=pt>  
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200003>

ASHLEY, P. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. 2ª edição. Saraiva, 2005  
BITTENCOURT, E.; CARRIERI, A. Responsabilidade social: ideologia, poder e discurso na lógica empresarial. *RAE*. VOL. 45. Edição especial Minas Gerais, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/gKrDCKY6YjZW8JhBCpZdxfv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02-04-2022. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902005000500001>

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 26 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9424.htm&gt;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9424.htm&gt;).

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de Janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (2001- 2010) – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm &gt;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm &gt;).

BRASIL. Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 21 jun2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L11.494.htm&gt;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L11.494.htm&gt;).

BRASIL. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 17 jul 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L11.738.htm&gt;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L11.738.htm&gt;).

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Normativa n. 9, de 30 de junho de 2009*. Institui o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica no âmbito do Ministério da Educação. Brasília, DF:MEC, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (2001- 2010) – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm &gt;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm &gt;). Acesso em 13 de setembro de 2014.

CECCON, L; MONTEIRO, S. O Programa Jovem de Futuro: condições de oferta, implicações e consequências para o Direito Humano à Educação. *Jornal de Políticas Educacionais*. 2022, (no prelo)

DAL ROSSO, S. *Mais Trabalho! a intensidade do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo : Boitempo, 2008. 206 p.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na Administração Pública: Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização e outras Formas*. São Paulo: Atlas, 2013.

GANDIN, L.A.; LIMA, I. Reconfiguração do trabalho docente: um exame a partir da introdução de programas de intervenção pedagógica. *Rev. Bras. Educ.* 20 (62). Set 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HdLXYNdn5bq6q3LwXSS3gkP/?lang=pt>. Acesso em 20-07-2022 <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206206>

Instituto Ethos. “*Parcerias para uma sociedade responsável*” in Conferência Internacional – Empresas e Responsabilidade Social. Disponível em [http://www.ethos.org.br/CI/apresentacoes/apresetacoes\\_10-06/BeatGruninger-GestaoDeDialogos.pdf](http://www.ethos.org.br/CI/apresentacoes/apresetacoes_10-06/BeatGruninger-GestaoDeDialogos.pdf)

INSTITUTO UNIBANCO. *Programa Jovem do Futuro*. Disponível em: <https://docplayer.com.br/54769097-Relatorio-de-atividades.html>. Acesso em 03-04-2022)

QUEIROZ, L.M.G. *Políticas de educação e terceiro setor: o pacto pela educação do Pará*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Pará, Belém-Pará, 2018.

MOFACTO, Elizabete S. *Curso de formação “Gestão Escolar para Resultados” : uma análise à luz da experiência da implementação do Programa Ensino Médio Inovador em conjunto com o Projeto Jovem de Futuro*. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SILVA, M. V.; SOUZA, S.A. . Educação e responsabilidade empresarial: novas modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. v.30, p. 108-123, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300008>

SILVA, M. V.; DINIZ, Paulo Vinícius Lamana . Enredamentos históricos da participação da esfera privada na questão social e no setor educacional. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 35, p. 43-59, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000100003>

SINTEPP. *Campanha Salarial 2017*. Disponível em: [https://sintep.org.br/cartaz\\_assembleia\\_14\\_abril\\_2016\\_final/](https://sintep.org.br/cartaz_assembleia_14_abril_2016_final/). Acesso em 30-03-2022).

TRAGTENBERG, Maurício. A teoria da geral da administração é uma ideologia? In: *RAE Revista de Administração de Empresas* FGV, Rio de Janeiro, 11(4), p. 7-21, out./dez. 1971. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901971000400001>

TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: UNESP, 2005. <https://doi.org/10.7476/9788539302840>

Data de registro: 04/05/2022

Data de aceite: 28/06/2022